

TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA

PROVA ESCRITA OBJETIVA E DISCURSIVA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – NÍVEL MÉDIO

TIPO 4 – AZUL



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 60 questões objetivas e o tema da redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos para a transcrição da redação



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da redação para a folha de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira a cor, o tipo e o cargo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cor, tipo ou cargo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da redação é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para a folha de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

LÍNGUA PORTUGUESA

1

“Os homens prudentes, pelos casos passados e pelos presentes, julgam os que estão por vir.”

Essa frase pode apresentar ambiguidade, já que o segmento “os que estão por vir” pode referir-se a “homens” ou a “casos”.

A frase abaixo em que há uma ambiguidade possível é:

- (A) Para quem é pouca coisa, basta-lhe pouca coisa;
- (B) Convicções são mais perigosas para a verdade do que as mentiras;
- (C) A ironia é uma tristeza que não pode chorar e rir;
- (D) O covarde e o corajoso mostram o seu medo;
- (E) Eu achei que estava errado uma vez, e estava mesmo errado.

2

“Comece fazendo o que é necessário, depois o que é possível e de repente você estará fazendo o impossível.”

Essa frase de São Francisco de Assis nos recomenda que:

- (A) desconfiemos daqueles que nos desestimulam;
- (B) tentemos sempre o impossível;
- (C) procuremos avançar com persistência;
- (D) sigamos sempre em direção à verdade;
- (E) façamos sempre o que estiver a nosso alcance.

3

“À medida que meus sofrimentos aumentavam logo percebi que havia duas maneiras pelas quais eu poderia responder à minha situação reagir com amargura ou procurar transformar o sofrimento em uma força criativa eu decidi seguir o último curso.” (Martin Luther King Jr.)

Esse pensamento se encontra sem os sinais de pontuação adequados.

Uma das maneiras correta e adequada de pontuá-lo é:

- (A) À medida que meus sofrimentos aumentavam, logo percebi que havia duas maneiras pelas quais eu poderia responder à minha situação – reagir com amargura ou procurar transformar o sofrimento em uma força criativa. Eu decidi seguir o último curso.
- (B) À medida que meus sofrimentos aumentavam logo percebi que havia duas maneiras pelas quais eu poderia responder à minha situação: reagir com amargura, ou procurar transformar o sofrimento em uma força criativa. Eu decidi seguir o último curso.
- (C) À medida que meus sofrimentos aumentavam, logo percebi que havia duas maneiras pelas quais eu poderia responder à minha situação – reagir com amargura ou procurar transformar o sofrimento em uma força criativa, eu decidi seguir o último curso.
- (D) À medida que meus sofrimentos aumentavam logo percebi que havia duas maneiras pelas quais eu poderia responder à minha situação – reagir com amargura, ou procurar transformar o sofrimento em uma força criativa: eu decidi seguir o último curso.
- (E) À medida que, meus sofrimentos aumentavam, logo percebi que havia duas maneiras pelas quais eu poderia responder à minha situação, reagir com amargura ou procurar transformar o sofrimento em uma força criativa. Eu decidi seguir o último curso.

4

“Você tem o teu caminho, eu tenho o meu. Quanto ao caminho certo, o correto, o único caminho, não existe.”

Com esse pensamento, o filósofo Nietzsche quer dizer que:

- (A) Nem sempre os homens seguem o caminho certo;
- (B) O único caminho correto é o que leva a Deus;
- (C) Cada um tem seu próprio caminho e todos estão errados;
- (D) Caminhos diferentes podem levar à verdade;
- (E) O mundo é um espaço de caminhos errados.

5

“Faça-se justiça, ainda que o mundo pereça.”

A frase em que a forma verbal sublinhada tem o mesmo valor da que foi sublinhada acima é:

- (A) Não se deseja o que não se conhece;
- (B) Morrer-se pela pátria é a sorte mais bela;
- (C) Sempre se está só em tempos nublados;
- (D) O que se orgulha de sua linhagem elogia o alheio;
- (E) Afligir-se antes do tempo é afligir-se duas vezes.

6

O filósofo francês Pascal afirmou que: “A imaginação tem todos os poderes: ela faz a beleza, a justiça e a felicidade, que são os maiores poderes do mundo”.

O pensamento acima é dividido em duas partes, separadas pelo emprego dos dois pontos. A segunda parte mostra:

- (A) o esclarecimento sobre como atua a imaginação;
- (B) uma enumeração dos poderes da imaginação;
- (C) uma explicação dos termos da parte anterior;
- (D) a consequência da oração anterior;
- (E) uma definição do que é a imaginação.

7

O ex-presidente americano Theodore Roosevelt disse certa vez que “A justiça não consiste em ser neutro entre o certo e o errado, mas em descobrir o certo e sustentá-lo, onde quer que ele se encontre, contra o errado”.

Sobre a significação e a estruturação dessa frase, a afirmação correta é:

- (A) defende o que deve ser a verdadeira justiça, com argumentos;
- (B) critica a neutralidade como posição inútil diante dos fatos;
- (C) afirma que a indiferença é o pior de todos os males;
- (D) informa que não tomar posição é pior que defender o erro;
- (E) mostra que há dificuldades na defesa do certo contra o errado.

8

“Aquele que não sabe aproveitar a sorte quando ela vem não deve se queixar quando ela passa.”

Essa frase de Cervantes significa que:

- (A) nem todos têm a mesma sorte na vida;
- (B) algumas pessoas vivem queixando-se da sorte;
- (C) a felicidade bate à porta de todos;
- (D) a sorte passa para os que não a merecem;
- (E) a sorte sempre passa para os que perdem oportunidades.

9

“Lógica: a arte de pensar de acordo com as limitações e as incapacidades da falta de compreensão humana.”

A frase abaixo que respeita as regras lógicas do conhecimento é:

- (A) Você tem de prestar muita atenção se não souber para onde está indo, porque você pode não chegar lá;
- (B) É melhor chegar três horas mais cedo do que atrasado um minuto;
- (C) Não tenho preconceito. Odeio todo mundo igualmente;
- (D) Aborrecemo-nos porque nos divertimos em demasia;
- (E) Consenso é quando nós temos uma discussão e eu decido.

10

“É melhor ser pouco inteligente com temor do que rico em prudência, mas transgressor da lei.”

Nessa frase, a conjunção MAS indica oposição; a frase abaixo em que essa mesma conjunção indica adição é:

- (A) Os covardes duram mais, mas vivem menos;
- (B) As coisas não mudam, mas nós mudamos;
- (C) Os tabus são feitos para serem quebrados, mas nem todos fazem isso;
- (D) Mudam de corpo, mas não de alma;
- (E) O universo é a mudança, mas a vida é o que o pensamento faz dessa mudança.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO REGIMENTO INTERNO E LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

11

Durante o ano de 2022, João, técnico judiciário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, dolosamente, utilizou, em serviço particular de entrega de refeições consistentes em marmitas fitness produzidas e vendidas por sua esposa, o trabalho de terceiros contratados pelo TJDF. João pedia aos estagiários lotados na Vara onde trabalha que fizessem as entregas das marmitas, no horário de expediente, em troca de eventuais gorjetas que recebessem dos consumidores.

De acordo com a legislação de regência, em tese, João praticou:

- (A) ato de improbidade administrativa que importou enriquecimento ilícito;
- (B) infração ética, mas não cometeu ato de improbidade administrativa, pois não houve efetivo dano ao erário;
- (C) ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário, ainda que sua conduta tivesse sido culposa;
- (D) infração disciplinar, mas não cometeu ato de improbidade administrativa, pois não houve efetivo dano ao erário;
- (E) infrações ética e disciplinar, mas não cometeu ato de improbidade administrativa, pela falta de tipicidade, diante das alterações promovidas na Lei de Improbidade.

12

Em matéria de preparo e deserção, consoante dispõe o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, são exemplos de casos isentos de preparo os recursos e as ações:

- (A) que sejam intentados pela Fazenda Pública e intentados pelo Ministério Público;
- (B) em que ao requerente sejam concedidos os benefícios da assistência judiciária gratuita, e os mandados de segurança;
- (C) que sejam intentados pela Fazenda Pública, e o incidente de desconsideração da personalidade jurídica;
- (D) em que ao requerente sejam concedidos os benefícios da assistência judiciária gratuita, e a ação penal privada originária;
- (E) em que ao requerente sejam concedidos os benefícios da assistência judiciária gratuita, e os recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça.

13

José, servidor público, praticou insubordinação grave em serviço. De acordo com o regime jurídico da Lei nº 8.112/1990 que lhe é aplicável, após regular processo administrativo disciplinar, José está sujeito à penalidade administrativa da:

- (A) advertência, e a ação disciplinar prescreve em cento e oitenta dias;
- (B) advertência, e a ação disciplinar prescreve em dois anos;
- (C) suspensão por até trinta dias, e a ação disciplinar prescreve em dois anos;
- (D) suspensão por até noventa dias, e a ação disciplinar prescreve em cinco anos;
- (E) demissão, e a ação disciplinar prescreve em cinco anos.

14

O Ministério Público ofereceu denúncia em face de João, deputado distrital, imputando-lhe a prática de crime comum.

Em matéria de competência do órgão jurisdicional, de acordo com a legislação de regência, no caso em tela, a ação penal deve ser processada e julgada originariamente pelo(a):

- (A) Supremo Tribunal Federal;
- (B) Superior Tribunal de Justiça;
- (C) Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios;
- (D) Câmara Especializada do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios;
- (E) Vara Criminal do Distrito Federal, competente por livre distribuição, de acordo com o local do crime.

15

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, é competente para o processo e julgamento de incidente de resolução de demanda repetitiva e revisão de tese jurídica firmada no seu julgamento o(a):

- (A) Turma Especializada;
- (B) Câmara de Uniformização;
- (C) Tribunal Pleno;
- (D) Câmara Especializada;
- (E) Conselho da Magistratura.

16

O Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios estabelece que as comissões, permanentes e temporárias, colaboram no desempenho dos encargos do Tribunal de Justiça.

De acordo com o texto do mencionado ato normativo, são exemplos de comissões permanentes:

- (A) Comissão de Regimento Interno; Comissão de Imprensa;
- (B) Comissão de Assuntos Parlamentares; Comissão de Licitação;
- (C) Comissão de Acompanhamento de Estágio Probatório; Comissão de Jurisprudência;
- (D) Comissão de Licitações e Contratos; Comissão de Prerrogativas Institucionais;
- (E) Comissão de Regimento Interno; Comissão de Assuntos Parlamentares.

17

Maria, diretora da Secretaria de determinada Vara Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, acaba de se aposentar e vai se mudar com a família para Portugal, de maneira que o Tribunal está estudando o nome de outra pessoa para substituí-la.

De acordo com a Lei da Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, o cargo em comissão de diretor da Secretaria dos Ofícios Judiciais será preenchido por pessoa:

- (A) bacharel em Direito, do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em efetivo exercício;
- (B) bacharel em Direito, do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em efetivo exercício ou aposentada;
- (C) nomeada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que não precisa necessariamente ser servidor ocupante de cargo efetivo;
- (D) nomeada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, necessariamente servidor ocupante de cargo efetivo, com formação em nível médio ou superior;
- (E) nomeada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, necessariamente servidor ocupante de cargo efetivo, com formação em nível superior em qualquer área.

PROVIMENTO GERAL DA CORREGEDORIA

18

O Provimento nº 03, publicado no DJe de 20/06/2011, da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios estabelece que os processos judiciais, inclusive cartas precatórias e rogatórias, que tenham por objeto a apuração de crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes, terão prioridade na tramitação nos juízos de primeira instância. Tal prioridade processual poderá ser solicitada pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou por advogado constituído diretamente ao juízo competente, que analisará o pedido no prazo máximo de dez dias.

Nesse contexto, em se tratando de apuração de crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes, consoante dispõe o citado provimento:

- (A) a prioridade de tramitação consiste na autuação, prolação de despachos, designação de audiências e expedição de documentos necessários ao cumprimento da ordem judicial, mas não contempla a prolação de sentença;
- (B) ainda que não haja manifestação do Ministério Público, da Defensoria Pública ou de advogado constituído, poderá o juiz de direito da causa decretar, de ofício, a tramitação prioritária do processo;
- (C) aos juízes de direito e aos diretores de secretaria, na qualidade de gestores públicos, e não aos demais servidores dos juízos, compete a observância das regras quanto à prioridade de tramitação previstas no mencionado provimento;
- (D) as serventias judiciais, ainda que observadas suas respectivas competências e capacidade operacional, não poderão suplementar os procedimentos estabelecidos no mencionado provimento, pelos princípios da isonomia e da segurança jurídica;
- (E) a prioridade de tramitação consiste na expedição de documentos necessários ao cumprimento da ordem judicial, tais como mandados, cartas precatórias, intimações, bem como no encaminhamento dos autos à apreciação do juiz de direito competente, excluída a prioridade na remessa dos autos ao Ministério Público ou à Defensoria Pública, pois são órgãos independentes dotados de autonomia administrativa.

19

Em relação ao expediente e às rotinas em geral das Secretarias das Varas no âmbito do Poder Judiciário do Distrito Federal e Territórios, de acordo com o Provimento Geral da Corregedoria Aplicado aos Juízes e Ofícios Judiciais, disponibilizado no DJe de 10/10/2014:

- (A) o termo inicial e final dos prazos constará dos andamentos processuais disponibilizados às partes, aos advogados e ao público em geral no sistema informatizado;
- (B) a repetição sequencial de andamentos processuais é permitida, desde que feita por servidor mediante registro no sistema informatizado;
- (C) os atos de mero expediente poderão ser praticados por estagiários, mediante registro nos sistemas eletrônicos, sob a supervisão do diretor de secretaria ou de seu substituto legal;
- (D) a retenção, na secretaria da vara, de autos conclusos é permitida, desde que os autos sejam entregues ao juiz em até dez dias da data constante do termo de conclusão;
- (E) a prestação de informação por telefone sobre andamento processual é dever do servidor da vara, inclusive ao oficial de justiça em cumprimento de ordem judicial.

PROVIMENTO JUDICIAL APLICADO AO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

20

O sistema de processamento eletrônico do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios é o Processo Judicial Eletrônico (PJe), padronizado pelo Conselho Nacional de Justiça, utilizado como meio eletrônico de tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais, ressalvados outros meios nos casos previstos no provimento próprio.

Nesse contexto, de acordo com o Provimento Judicial aplicado ao Processo Judicial Eletrônico disponibilizado pelo TJDFT no DJe de 21/08/2017, em matéria de disponibilidade do sistema:

- (A) a indisponibilidade do sistema PJe fica configurada quando ocorrer a falta de acesso ao sítio eletrônico do Conselho Nacional de Justiça;
- (B) o sistema PJe estará disponível 24 horas por dia, ininterruptamente, ressalvados os períodos de manutenção do sistema;
- (C) a indisponibilidade do sistema PJe é caracterizada pelas falhas de transmissão de dados entre as estações de trabalho do público externo e a rede de comunicação pública;
- (D) a indisponibilidade do sistema PJe será aferida por sistema de auditoria fornecido pelo Conselho Nacional do Ministério Público ou por órgão a quem seja atribuída tal responsabilidade;
- (E) toda indisponibilidade do sistema PJe será registrada em relatório de interrupções de funcionamento, mantido internamente pelo Poder Judiciário, vedado o acesso ao público pela rede mundial de computadores.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21

O suprimento de fundos é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas.

Ao analisar processos relativos à concessão de suprimentos de fundos, um agente de controle deve estar atento para o seguinte equívoco:

- (A) adiantamentos são aplicáveis à despesa que deva ser feita em caráter sigiloso;
- (B) não se pode efetuar adiantamento a servidor responsável por dois adiantamentos;
- (C) restituições totais ou parciais de adiantamentos concedidos podem ter natureza de receita orçamentária;
- (D) tais adiantamentos constituem despesa orçamentária;
- (E) tais adiantamentos representam uma variação patrimonial diminutiva.

22

A classificação da receita por natureza é legalmente prevista e utilizada por todos os entes da Federação. A classificação por natureza é a de nível mais analítico da receita; por isso, auxilia na elaboração de análises econômico-financeiras sobre a atuação estatal.

O detalhamento do tipo, correspondente ao último dígito na natureza de receita:

- (A) distingue se a receita se refere a um recurso ordinário ou vinculado;
- (B) identifica o fato gerador da receita em um nível analítico superior;
- (C) identifica peculiaridades de cada receita, caso seja necessário para sua caracterização;
- (D) indica o impacto da receita arrecadada no patrimônio do ente público;
- (E) possibilita associar, de forma imediata, a receita principal com aquelas dela originadas.

23

Os representantes do Poder Legislativo têm a competência de propor emendas aos projetos de PPA, de LDO e de LOA. Porém, as proposições de emendas precisam atender a alguns requisitos para serem aprovadas.

No caso de emendas apresentadas ao projeto de LOA, um desses requisitos se refere a:

- (A) destinação a projeto ou atividade que não esteja em andamento em exercícios anteriores;
- (B) independência em relação aos dispositivos previstos no projeto de lei do orçamento;
- (C) indicação de recursos provenientes de anulação de dotações ou de excesso de arrecadação;
- (D) não incidência sobre dotação solicitada para despesas de custeio;
- (E) necessidade de destinação de 50% das emendas para ações e serviços públicos de saúde.

24

Segundo a conceituação mais difundida no campo da gestão de pessoas, o processo de treinamento é composto por quatro etapas a que correspondem diferentes objetivos, decisões e ações.

As decisões acerca dos conteúdos, das metodologias de treinamento a serem empregadas e do público-alvo do treinamento são tomadas na:

- (A) segunda etapa, de desenho do treinamento;
- (B) primeira etapa, de planejamento do treinamento;
- (C) terceira etapa, de modelagem do treinamento;
- (D) primeira etapa, de avaliação das necessidades de treinamento;
- (E) segunda etapa, de implementação do programa de treinamento.

25

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) traz orientações para tratamento de transações intraorçamentárias, com base na legislação pertinente ao tema.

As operações abaixo em geral devem seguir tais orientações, EXCETO:

- (A) recolhimento de contribuições patronais ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS);
- (B) recolhimento de tributos do próprio ente por empresas estatais dependentes;
- (C) contratação de publicação no Diário Oficial da União por parte de uma autarquia federal;
- (D) contratação de uma fundação pública federal para realização de concurso público pela Câmara dos Deputados;
- (E) contratação da Escola Nacional de Administração Pública para ofertar treinamentos por parte de um Estado da Federação.

26

A organização XYZ é composta por equipes de trabalho pequenas. Na XYZ, o método de avaliação do desempenho humano consiste na comparação de cada funcionário com cada um dos demais membros de sua equipe, ordenando-se, ao final, os funcionários de acordo com as classificações obtidas.

Esse método tradicional de avaliação de desempenho é conhecido como:

- (A) escalas gráficas;
- (B) ordenação simples;
- (C) comparação por pares;
- (D) distribuição forçada;
- (E) classificação de incidentes críticos.

27

Uma organização implantou recentemente mudança significativa em seus processos internos e atualização tecnológica em seus sistemas de informação. Essas mudanças implicaram demissões e realocação de pessoal para outras áreas e funções. Após os cortes e realocações de pessoal, a alta direção comunicou aos funcionários que “a transformação está apenas começando, vamos todos construir uma nova organização”. Poucas semanas após essa comunicação, uma pesquisa de clima realizada pela área de RH revelou insatisfação e falta de confiança em relação às mudanças em andamento, além de medo e ansiedade generalizada entre os funcionários. Para superar o que considerou “uma resistência natural à mudança”, a alta direção encarregou a área de RH de realizar um programa de aconselhamento aos funcionários, associado a terapias voltadas ao bem-estar.

A estratégia utilizada para reduzir a resistência à mudança e uma de suas desvantagens são, respectivamente:

- (A) educação e comunicação; consome muito tempo;
- (B) facilitação e apoio; custo alto;
- (C) negociação; não há garantia de sucesso;
- (D) participação; consome muito tempo;
- (E) manipulação e cooptação; põe em risco a credibilidade dos gestores.

28

Em uma organização, um gerente acaba de ser comunicado sobre as novas metas estabelecidas pela diretoria para a sua área, para o ano de 2023. As metas são bastante ambiciosas e o gerente teve a sua equipe de oito pessoas reduzida para apenas cinco, depois que os três membros mais experientes e de melhor desempenho se aposentaram. O gerente avalia que “as metas não poderão ser alcançadas com a equipe reduzida” e não se sente motivado a se empenhar, em suas palavras, “inutilmente”.

Segundo a Teoria da Expectativa de Victor Vroom, a situação ilustra uma percepção, por parte do gerente, de(a):

- (A) injustiça distributiva nos recursos organizacionais;
- (B) injustiça processual na definição das metas;
- (C) relação desempenho-recompensa como fraca;
- (D) relação esforço-desempenho como fraca;
- (E) relação esforço-metas pessoais como fraca.

29

No Estado Alfa, duas dezenas de pessoas, que estavam próximas entre si por circunstâncias meramente factuais, foram vítimas de homicídio praticado por uma organização criminosa. Uma organização internacional considerou o ocorrido uma “grave violação de direitos humanos”.

Nesse caso, à luz da ordem constitucional, o julgamento dos acusados pelos crimes:

- (A) sempre será de competência da Justiça Federal, salvo se o Supremo Tribunal Federal, em razão do potencial conflito federativo, acolher o incidente de declaração de competência da Justiça Estadual;
- (B) pode ser de competência da Justiça Federal, caso o Superior Tribunal de Justiça, no exercício de sua competência originária, acolha o incidente de deslocamento de competência;
- (C) pode ser de competência da Justiça Federal, caso, em sequência, o Tribunal de Justiça processe o incidente de deslocamento de competência e o Supremo Tribunal Federal o acolha;
- (D) pode ser de competência da Justiça Federal, caso o Estado Alfa requeira o deslocamento de competência e o Superior Tribunal de Justiça o acolha;
- (E) pode ser de competência da Justiça Federal, caso o Supremo Tribunal Federal acolha o incidente de deslocamento de competência.

30

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado Alfa foi comunicado por sua assessoria a respeito da necessidade de ser dado o devido encaminhamento à proposta orçamentária para o exercício financeiro subsequente, entregando-lhe o texto que fora elaborado pelos setores técnicos competentes.

Após a aprovação interna da proposta, no âmbito do Poder Judiciário, ela deve ser:

- (A) publicada, direcionando a previsão da receita e autorizando a realização da despesa no exercício subsequente;
- (B) encaminhada ao Poder Executivo, que somente poderá alterá-la se destoar da lei de diretrizes orçamentárias;
- (C) encaminhada ao Poder Legislativo, que pode modificá-la e, aprovando-a, a integrará à lei orçamentária do exercício subsequente;
- (D) encaminhada ao Poder Executivo, que poderá alterá-la, de modo a compatibilizá-la com as demais propostas apresentadas;
- (E) encaminhada ao Poder Legislativo, que não poderá modificá-la, salvo se isto for necessário para compatibilizá-la com as demais propostas apresentadas.

31

A Lei nº XX, do Estado Beta, com o objetivo de uniformizar procedimentos, dispôs que os documentos públicos produzidos por outros entes federativos deveriam ser objeto de ratificação perante as repartições públicas competentes de Beta. Com isso, ainda de acordo com a lei, esses documentos passariam a ter uma presunção de veracidade.

A Lei nº XX é:

- (A) inconstitucional, pois é vedado ao Estado Beta recusar fé a esses documentos;
- (B) constitucional, pois os documentos públicos somente têm fé perante os órgãos do ente federativo que os produziu;
- (C) constitucional, pois compete ao Estado Beta definir a forma como os documentos públicos devem ser utilizados em seu território;
- (D) constitucional, pois a aquisição da presunção de veracidade é pré-requisito para que o documento público tenha sua fé reconhecida por um ente federativo;
- (E) inconstitucional, pois compete privativamente à União indicar os documentos públicos, produzidos por um ente federativo, que devem ter a fé reconhecida por outro.

32

Em razão do iminente risco de uma enchente no Município Alfa, o prefeito determinou que os pacientes internados no hospital municipal fossem levados para um imóvel particular que estava desocupado, situado em local mais elevado, o que se deu sem prévia autorização do proprietário.

À luz da sistemática constitucional, a ação do prefeito municipal foi:

- (A) correta, pois a função social da propriedade permite o seu uso, pelas autoridades constituídas, sempre que entenderem ser útil para o interesse público;
- (B) correta, considerando a existência de iminente perigo público, devendo ser assegurado ao proprietário o direito a posterior indenização, se houver dano;
- (C) errada, pois a propriedade privada, ressalvada a hipótese de desapropriação, não pode ser utilizada sem prévia autorização do proprietário;
- (D) errada, pois o direito à propriedade é absoluto, salvo se inexistisse qualquer outro imóvel público passível de ser utilizado, o que deveria ser objeto de prova;
- (E) errada, pois o uso de imóvel privado exige prévia justificativa, declinada em processo administrativo, sendo assegurado ao proprietário o direito à indenização em valor idêntico ao aluguel do imóvel.

33

Joana e Regina, que atuavam no setor de licitações da Secretaria de Administração do Município Beta, travaram intenso debate a respeito da legislação que deveria reger a escolha das modalidades de licitação no período de 2 de abril de 2021 a 1º de abril de 2023. Joana defendia que poderiam continuar a ser aplicadas a Lei nº 8.666/1993 ou a Lei nº 10.520/2002, conforme o caso, sendo admitida a aplicação combinada das normas de um desses diplomas normativos com aquelas veiculadas pela Lei nº 14.133/2021. Regina, por sua vez, entendia que somente os processos de licitação já iniciados em 2 de abril de 2021 continuariam a ser regidos pela Lei nº 8.666/1993 ou pela Lei nº 10.520/2002, enquanto os demais, instaurados a partir de então, seriam integralmente disciplinados pela Lei nº 14.133/2021.

À luz da sistemática vigente, no período indicado, é correto afirmar que:

- (A) apenas Joana está errada, pois é vedada a combinação da Lei nº 14.133/2021 com outros diplomas normativos, estando Regina certa ao afirmar que esse diploma normativo deve reger todas as licitações;
- (B) apenas Regina está errada, pois deve ser aplicada a Lei nº 14.133/2021 mesmo às licitações em curso, ainda que de modo combinado com a Lei nº 8.666/1993 ou a Lei nº 10.520/2002, conforme o caso;
- (C) apenas Regina está errada, pois não deve ser aplicada a Lei nº 14.133/2021 de modo exclusivo, sendo possível a sua aplicação de modo combinado com a Lei nº 8.666/1993 ou a Lei nº 10.520/2002, conforme o caso;
- (D) Joana e Regina estão erradas, pois a Administração Pública pode optar, em uma licitação, pela aplicação, de um lado, da Lei nº 8.666/1993 ou da Lei nº 10.520/2002, ou, do outro, da Lei nº 14.133/2021, sendo vedada a combinação;
- (E) Joana e Regina estão parcialmente certas, pois a Lei nº 8.666/1993 ou a Lei nº 10.520/2002 podem continuar a ser aplicadas, mas apenas em relação às licitações já iniciadas, sendo ainda admitida a combinação com a Lei nº 14.133/2021.

34

Joana, servidora pública estadual, no exercício regular de suas funções, estava operando uma empilhadeira em um galpão da Secretaria Municipal de Obras do Município Beta. Nesse contexto, causou danos ao veículo automotor que se encontrava estacionado, de Tiago, o qual comparecera ao prédio anexo, da mesma repartição, para solicitar uma licença de construção.

Nesse caso, a responsabilidade civil pelos danos causados ao bem de Tiago é:

- (A) do Município Beta ou de Joana, mas apenas se for demonstrada a culpa desta última;
- (B) do Município Beta, apenas se for demonstrada a culpa de Joana;
- (C) do Município Beta, sendo demonstrada, ou não, a culpa de Joana;
- (D) do Município Beta, ainda que haja culpa exclusiva de Tiago;
- (E) apenas de Joana, sendo demonstrada, ou não, a sua culpa.

35

João, após regular processo administrativo disciplinar, foi demitido do serviço público. Irrresignado com o teor dessa decisão, ajuizou ação, perante o Poder Judiciário, requerendo o reconhecimento de vício no processo administrativo, com a consequente declaração da nulidade da decisão que culminou com a referida sanção.

À luz dessa narrativa, João deve ser:

- (A) aproveitado;
- (B) reconduzido;
- (C) reintegrado;
- (D) readaptado;
- (E) posto em disponibilidade.

36

Carla, estudiosa do Direito Administrativo, constatou que em determinado processo administrativo, instaurado no âmbito da Administração Pública federal, seria necessária a prolação de decisões administrativas por três órgãos distintos. Percebeu, ainda, que, com a finalidade de simplificar o processo administrativo, observados os demais requisitos exigidos, seria possível a participação concomitante de todas as autoridades e agentes decisórios e dos responsáveis pela instrução técnico-jurídica.

Essa atuação de forma compartilhada é denominada decisão:

- (A) coordenada, sendo aplicável a todos os processos administrativos;
- (B) coordenada, não podendo ser aplicada a certos processos administrativos;
- (C) centralizada, sendo aplicável a todos os processos administrativos;
- (D) centralizada, que exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida;
- (E) escalonada fictícia, de modo que cada órgão ou autoridade preserva a sua responsabilidade em uma manifestação única.

37

Viriato é proprietário de uma casa de vila na cidade de Teresina. Desde quando se mudou para o imóvel, há cerca de vinte anos, realizou algumas melhorias no local. Logo de início, plantou uma árvore frutífera no quintal da casa. Alguns anos depois, após uma infiltração, trocou o piso do banheiro por lajotas novas. Há três anos, instalou na esquadria da janela da sala um aparelho de ar-condicionado. Recentemente, Viriato recebeu um visitante interessado em comprar o imóvel; após conhecer a casa, o comprador ofereceu um preço atrativo e ambos celebraram o contrato de compra e venda.

Considerando que nenhum acordo específico tenha sido feito entre as partes a respeito das melhorias feitas por Viriato, é correto considerar que, antes de entregar a casa ao comprador, Viriato poderá, se quiser:

- (A) derrubar a árvore do quintal e desinstalar o aparelho de ar-condicionado;
- (B) desinstalar o aparelho de ar-condicionado e quebrar as lajotas do piso do banheiro;
- (C) quebrar as lajotas do piso do banheiro e colher para si os frutos já maduros da árvore;
- (D) colher para si os frutos já maduros da árvore e em seguida derrubá-la;
- (E) desinstalar o aparelho de ar-condicionado e colher para si os frutos já maduros da árvore.

38

Adalberto nasceu e foi criado na cidade de Belo Horizonte. Ao completar a maioridade, mudou-se para São Paulo para cursar a faculdade. Já formado, conheceu sua atual esposa e casou-se em Belo Horizonte. Na mesma época, foi aprovado em concurso público e tornou-se servidor de uma autarquia estadual do Espírito Santo, com sede em Vitória. Buscando maior qualidade de vida, Adalberto mudou-se com sua esposa e filhos para a cidade de Guarapari e permanece hospedado na casa de um tio em Vitória nos dias úteis para ficar próximo de seu local de trabalho. Nesse momento, ele está passando as férias com a família na cidade de Salvador.

Portanto, é possível considerar que, atualmente, Adalberto tem domicílio:

- (A) voluntário na cidade de São Paulo;
- (B) necessário na cidade de Vitória;
- (C) de eleição na cidade de Belo Horizonte;
- (D) especial na cidade de Guarapari;
- (E) geral na cidade em que puder ser encontrado no momento.

39

Adriana e Vitória são duas amigas que decidiram alugar um imóvel comercial para abrir uma loja de vestuário feminino. Para tanto, celebraram contrato de sociedade, visando a constituir uma pessoa jurídica. Os resultados da empresa já nos primeiros meses de atividade foram muito positivos. Diante disso, Adriana, sócia administradora da pessoa jurídica, começou a utilizar o caixa da loja para pagar as parcelas mensais referentes ao financiamento bancário de sua casa própria. Nos primeiros meses, dado o alto faturamento da loja, não houve prejuízo significativo à saúde financeira da pessoa jurídica. Contudo, certa vez, durante uma temporada de queda brusca nas vendas, após pagar a sexta parcela do seu financiamento imobiliário com os recursos da pessoa jurídica, Adriana constatou que não restaram recursos suficientes para pagar o aluguel da loja naquele mês. Quando Adriana comunicou ao locador do imóvel que não conseguiria pagar o aluguel daquele mês, respondeu ele que tomaria as providências judiciais cabíveis.

Nesse caso, o aluguel vencido e não quitado:

- (A) somente poderá ser pago quando a pessoa jurídica voltar a ter ativo patrimonial suficiente para tanto, por força do princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica;
- (B) poderá vir a ser pago com recursos particulares de Adriana ou, subsidiariamente, de Vitória, tendo em vista a configuração de fraude contra credores;
- (C) poderá vir a ser pago com recursos particulares de Adriana, tendo em vista ter ocorrido confusão patrimonial na administração da pessoa jurídica;
- (D) deverá ser pago em proporções iguais com recursos particulares de Adriana e de Vitória, tendo em vista ter ocorrido desvio de finalidade da pessoa jurídica;
- (E) deverá ser pago mediante recursos obtidos da liquidação da pessoa jurídica, consequência direta do abuso de personalidade jurídica verificado em sua gestão.

40

Aos 15 anos de idade, Valentina é uma jovem de enorme sucesso na Internet. Suas redes sociais reúnem milhões de seguidores e têm garantido um faturamento mensal médio de R\$ 100.000,00, suficientes para garantir a ela e aos seus pais uma vida de luxo. Recentemente, Valentina foi procurada por um fabricante de cosméticos que pretendia contratá-la para uma campanha publicitária.

De acordo com o direito civil brasileiro, é correto afirmar que, para celebrar este contrato validamente, Valentina:

- (A) precisa ser representada por seus pais, porque é absolutamente incapaz;
- (B) não precisa da representação de seus pais, porque tem economia própria;
- (C) precisa da anuência de seus pais, porque está investida de poderes de representação;
- (D) não precisa ser representada por seus pais, porque é pessoa pródiga;
- (E) não precisa da assistência de seus pais, porque tem discernimento pleno.

41

Ao visualizar o anúncio de um carro seminovo em excelentes condições à venda na Internet, João entrou em contato com a vendedora, Maria, e rapidamente fechou negócio. O veículo foi vendido por R\$ 50.000,00, a serem pagos por João em uma única parcela, dez meses após a data da venda. O prazo de pagamento, bastante vantajoso para o comprador, foi proposto pela própria Maria, que simpatizou muito com ele. E, efetivamente, ambos desenvolveram um relacionamento pessoal, que rapidamente evoluiu para um namoro e, logo após, para uma proposta de casamento. João e Maria casaram-se meio ano após seu primeiro contato e viveram felizes por cinco anos, sem que a dívida referente à compra do automóvel jamais fosse paga e sem que as partes jamais tocassem no assunto. No sexto ano de casamento, infelizmente, diversos desentendimentos levaram o casal a se divorciar. Terminado o relacionamento, Maria lembrou-se do débito relativo ao veículo, nunca pago por João.

Sobre esse caso, é correto afirmar que o prazo prescricional de que dispunha Maria para cobrança do débito:

- (A) começou a correr a partir da data de celebração do contrato de compra e venda do veículo e nunca foi interrompido;
- (B) começou a correr a partir da data de celebração do contrato de compra e venda, mas foi interrompido pelo casamento;
- (C) esteve suspenso até o advento do termo estipulado no contrato de compra e venda, findo o qual começou a correr;
- (D) começou a correr a partir da data em que se extinguiu a sociedade conjugal entre as partes e nunca foi interrompido;
- (E) esteve suspenso até a data do casamento, a partir de quando começou a correr.

42

Pretendendo recorrer de uma sentença que lhe condenou a pagar uma prestação pecuniária, o réu, por seus advogados constituídos, apresenta, no prazo recursal, duas apelações em datas distintas.

Assim agindo, é correto afirmar que:

- (A) as duas apelações podem ser reunidas, uma vez que foram apresentadas dentro do prazo legal;
- (B) a segunda apelação distribuída não deve ser conhecida, pela ocorrência de preclusão consumativa;
- (C) a primeira apelação distribuída não deve ser admitida, prevalecendo a posterior, pois ocorreu o efeito substitutivo do recurso;
- (D) a segunda apelação distribuída deve ser inadmitida, por força da ocorrência de preclusão temporal;
- (E) o juiz deve intimar o apelante para que informe com quais das apelações distribuídas pretende prosseguir, devendo desentranhar a outra apelação dos autos.

43

Tendo formulado pedido de invalidação de um contrato de prestação de serviços que havia celebrado com dez pessoas, o autor as incluiu no polo passivo de sua demanda.

Entendendo que a quantidade de litisconsortes poderia comprometer a rápida solução do litígio, o juiz da causa limitou tal número, excluindo do processo seis litisconsortes, para manter em seu polo passivo apenas quatro.

Inconformado com tal decisão, poderá o demandante interpor recurso de:

- (A) apelação, ao qual o órgão *ad quem* deverá negar provimento;
- (B) apelação, ao qual o órgão *ad quem* deverá dar provimento;
- (C) agravo de instrumento, ao qual o órgão *ad quem* deverá negar provimento;
- (D) agravo de instrumento, ao qual o órgão *ad quem* deverá dar provimento;
- (E) agravo interno, ao qual o órgão *ad quem* deverá dar provimento.

44

José intentou demanda em face da operadora de plano de saúde que havia contratado, pleiteando a condenação desta a custear determinado tratamento hospitalar cuja cobertura lhe havia sido negada em sede administrativa.

Sem prejuízo, o autor requereu, em sua petição inicial, a concessão de medida liminar que determinasse à parte ré que custeasse de imediato o tratamento pretendido, o que foi deferido pelo juiz da causa.

No tocante ao referido provimento jurisdicional, é correto afirmar que se trata de:

- (A) sentença concessiva de tutela antecipada, impugnável por recurso de apelação;
- (B) decisão interlocutória concessiva de tutela antecipada, impugnável por recurso de agravo de instrumento;
- (C) sentença concessiva de tutela cautelar, impugnável por recurso de apelação;
- (D) decisão interlocutória concessiva de tutela cautelar, impugnável por recurso de agravo de instrumento;
- (E) decisão interlocutória concessiva de tutela cautelar, insuscetível de impugnação por via recursal típica.

45

Joaquim propôs ação judicial em face de Carlos, que foi distribuída para o juízo da 1ª Vara Cível da Comarca da Capital. Antes da citação do réu, Joaquim requereu a desistência do feito, porque via a possibilidade de celebrar um acordo extrajudicial, o que motivou a extinção do feito pelo juízo. Tendo em vista a infrutífera tentativa de tal acordo, Joaquim propôs nova ação judicial, reiterando todos os elementos da ação anterior, e que foi distribuída, por sorteio, para o juízo da 2ª Vara Cível da Comarca da Capital.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) o juízo da 2ª Vara é incompetente, tendo em vista que a distribuição deveria ser por dependência ao juízo da 1ª Vara Cível da Capital;
- (B) o processo deve ser extinto, por falta de interesse processual, uma vez que bastaria desarquivar o processo anterior;
- (C) o juízo da 2ª Vara é competente, tendo em vista que não houve resolução do mérito na primeira ação, o que demanda a livre distribuição da segunda ação;
- (D) o processo deve ser extinto, por força da coisa julgada material estabelecida pelo resultado da primeira ação;
- (E) o processo da 1ª Vara não poderia ter sido extinto sem a concordância do réu, por isso, bastaria peticionar no primeiro processo e prosseguir com o feito.

46

Nos autos de ação civil pública intentada pelo Ministério Público, o juiz da causa, depois de apresentadas a contestação e a réplica, proferiu decisão de saneamento do feito, em que deferiu a prova testemunhal pedida por ambas as partes, sem apreciar, contudo, o requerimento de produção de prova pericial formulado pelo órgão ministerial.

Tendo o Ministério Público sido pessoalmente intimado da referida decisão, interpôs, oito dias úteis depois, recurso de embargos de declaração, pedindo a apreciação, pelo juiz da causa, de seu pleito de produção de prova pericial.

À vista desse quadro, devidamente certificado pela serventia, o juiz, ao tomar contato com os embargos declaratórios do *Parquet*, deverá:

- (A) deixar de recebê-los, diante de sua intempestividade;
- (B) deixar de recebê-los, diante da ausência de seu preparo;
- (C) deixar de recebê-los, diante de seu descabimento para impugnar decisões interlocutórias;
- (D) recebê-los e dar-lhes imediato provimento, diante da configuração do vício de omissão na decisão de saneamento;
- (E) recebê-los e determinar a intimação da parte ré para que ofereça a sua resposta.

47

Após regular procedimento administrativo instaurado para apurar irregularidades praticadas por um servidor público, foi aplicada a esse servidor a devida pena disciplinar, por se entender configurada a prática imputada. Após o término deste expediente, foi o servidor também demandado e condenado em uma ação civil de reparação pelos mesmos danos materiais mencionados no âmbito administrativo. Todavia, sustenta o servidor que o processo judicial é inválido, pois em momento algum foi citado para integrar a lide processual ou praticou qualquer ato processual no referido processo.

Nesse cenário, sendo constada a veracidade dessa informação, o referido processo judicial é:

- (A) válido, uma vez que o processo judicial é precedido de processo administrativo, no qual o servidor teve a oportunidade de se defender;
- (B) inválido, por força da litispendência, uma vez que a questão já foi decidida no processo administrativo em que o servidor participou;
- (C) válido, uma vez que os fatos narrados já foram objeto de contraditório no âmbito administrativo e as provas podem ser emprestadas ao processo judicial;
- (D) inválido, uma vez que já há decisão administrativa impondo a condenação final do servidor pela referida prática do ato ilegal;
- (E) inválido, pois não pode haver desenvolvimento válido e regular do processo judicial sem que tenha sido o servidor validamente citado.

48

Caio ajuizou ação de despejo em face de seu irmão Tício, locatário de seu imóvel, tendo distribuído a petição inicial a uma vara de família.

Tomando contato com a peça exordial, deverá o juiz:

- (A) pronunciar de ofício a incompetência absoluta e determinar a remessa do feito a um dos juízos cíveis da comarca;
- (B) pronunciar de ofício a incompetência absoluta e extinguir o feito sem resolução do mérito;
- (C) determinar a citação do réu e a remessa do feito a um dos juízos cíveis da comarca caso ele suscite, em sua resposta, a incompetência relativa;
- (D) pronunciar de ofício a incompetência relativa e determinar a remessa do feito a um dos juízos cíveis da comarca;
- (E) reconhecer a sua competência para a causa e determinar a citação do réu para ofertar a sua resposta.

49

Norma penal em branco é aquela que contempla uma sanção, mas apresenta hipótese fática imprecisa ou incompleta. Para a devida aferição do preceito primário, requer o socorro de outra norma.

Sobre a norma penal em branco, é correto afirmar que:

- (A) a complementação pode ser geral, extensível ao todo do preceito primário;
- (B) a complementação pode ser geral, extensível ao todo do preceito secundário;
- (C) o objeto da complementação deve estar relacionado à atualização do núcleo verbal;
- (D) a definição do núcleo essencial do delito é tarefa que cabe apenas ao legislador;
- (E) o início da descrição da conduta proibida, como a previsão do núcleo típico, pode ser complementado.

50

Sobre a eficácia da sentença estrangeira, é correto afirmar que:

- (A) depende de homologação para produzir reincidência;
- (B) depende de homologação para impedir a obtenção de *sursis*;
- (C) depende de homologação para aumentar o período para concessão de livramento condicional;
- (D) não depende de homologação para revogação do livramento condicional;
- (E) não depende de homologação para aplicar medida de segurança.

51

Acerca do princípio da legalidade, é correto afirmar que:

- (A) os costumes podem atuar como fonte mediata do direito penal, na compreensão de determinados elementos do tipo;
- (B) os usos e costumes podem embasar a punição de um ato ou agravamento das consequências penais;
- (C) o direito consuetudinário pode embasar a punição de um ato ou agravamento das consequências penais;
- (D) a incriminação de comportamentos pode ocorrer por meio de resoluções e decretos legislativos;
- (E) a incriminação de comportamentos anteriores à vigência da lei é possível nas hipóteses de leis excepcionais.

52

Constituem elementos da culpabilidade:

- (A) inimputabilidade, potencial consciência da lei e inexigibilidade de uma conduta diversa;
- (B) maioridade, potencial consciência da lei e inexigibilidade de uma conduta diversa;
- (C) imputabilidade, potencial conhecimento da ilicitude e exigibilidade de uma conduta diversa;
- (D) maioridade, potencial conhecimento da ilicitude e exigibilidade de uma conduta diversa;
- (E) imputabilidade, potencial conhecimento da ilicitude e inexigibilidade de uma conduta diversa.

53

Configura hipótese de delito de abuso de autoridade:

- (A) a busca domiciliar iniciada durante o dia que se estenda para depois das 21h;
- (B) proceder à obtenção de prova, em procedimento de investigação, apenas aparentemente lícita;
- (C) proceder à obtenção de prova, em procedimento de fiscalização, apenas aparentemente lícita;
- (D) a investigação preliminar de fato ou o recebimento de notícia de fato de natureza criminal;
- (E) estender injustificadamente a investigação, procrastinando-a em prejuízo do investigado.

54

O estado de necessidade caracteriza-se por ser um conflito entre interesses legítimos, no qual um destes é salvo à custa do outro, em face da impossibilidade fática de que ambos subsistam.

São requisitos legais do estado de necessidade:

- (A) risco atual não provocado, evitabilidade do sacrifício ao bem jurídico, direito próprio ou alheio e inexigibilidade do sacrifício;
- (B) perigo atual não provocado, evitabilidade do sacrifício ao bem jurídico, direito próprio ou alheio e inexigibilidade do sacrifício;
- (C) perigo atual não provocado, evitabilidade do sacrifício ao bem jurídico, direito próprio ou alheio e exigibilidade do sacrifício;
- (D) risco atual não provocado, inevitabilidade do sacrifício ao bem jurídico, direito próprio ou alheio e exigibilidade do sacrifício;
- (E) perigo atual não provocado, inevitabilidade do sacrifício ao bem jurídico, direito próprio ou alheio e inexigibilidade do sacrifício.

55

Se o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado, o Tribunal poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não existam aqueles motivos.

O desaforamento poderá ser realizado mediante:

- (A) requisição do juiz competente ou do Ministério Público, ou representação do assistente, do querelante ou do acusado;
- (B) requisição do juiz competente, requerimento do Ministério Público, ou representação do assistente, do querelante ou do acusado;
- (C) requisição do juiz competente, ou representação do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado;
- (D) requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado, ou representação do juiz competente;
- (E) requisição do Ministério Público, ou requerimento do assistente, do querelante ou do acusado.

56

Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, é correto afirmar que a representação:

- (A) depende de formalidade expressa, consistente em manifestação expressa por meio de termo para inaugurar a investigação preliminar;
- (B) prescinde de qualquer formalidade, sendo necessária apenas a vontade inequívoca da vítima de representar contra o autor do fato;
- (C) depende de formalidade expressa, consistente em manifestação expressa da vítima ou de seu representante legal em audiência específica;
- (D) prescinde de qualquer formalidade, sendo necessária apenas a vontade inequívoca da vítima ou de seu representante legal de representar contra o autor do fato;
- (E) depende de formalidade expressa, consistente em manifestação expressa da vítima ou de seu representante legal em audiência preliminar.

57

Em relação ao princípio da duração razoável do processo, é correto afirmar que a análise da indevida ou excessiva duração depende do(a):

- (A) soma aritmética dos prazos processuais;
- (B) passagem de noventa dias sem reavaliação judicial;
- (C) análise dos prazos previstos em lei, de maneira global;
- (D) princípio da razoabilidade e das peculiaridades do caso;
- (E) análise dos prazos previstos em lei, de maneira individual.

58

De acordo com o Código de Processo Penal, ao fim da primeira fase do procedimento dos crimes dolosos contra a vida, em relação ao fato constante da inicial acusatória, o juiz:

- (A) poderá dar definição jurídica diversa da constante da acusação, desde que provoque o órgão de acusação para sua correção;
- (B) não poderá dar definição jurídica diversa da constante da acusação, se isso importar em situação jurídica mais gravosa para o réu;
- (C) poderá dar definição jurídica diversa da constante da acusação, desde que o acusado não fique sujeito a pena mais grave;
- (D) não poderá dar definição jurídica diversa da constante da acusação, devendo absolver o réu, caso não haja tipo penal subsidiário;
- (E) poderá dar definição jurídica diversa da constante da acusação, embora o acusado fique sujeito a pena mais grave.

59

Quanto à compatibilidade da prisão preventiva com a presunção de não culpabilidade, é correto afirmar que:

- (A) pode assumir a natureza de antecipação da pena;
- (B) pode decorrer da natureza abstrata do crime;
- (C) deve apoiar-se em fatos novos ou contemporâneos;
- (D) deve decorrer automaticamente do ato processual praticado;
- (E) deve apoiar-se em condições pessoais desfavoráveis.

60

Nos julgamentos dos crimes dolosos contra a vida em que o réu estiver solto, sua presença em plenário é:

- (A) obrigatória, sob pena de redesignação do ato para o primeiro dia desimpedido;
- (B) facultativa, não devendo o julgamento ser adiado pelo seu não comparecimento;
- (C) obrigatória, sob pena de redesignação do ato para a primeira oportunidade, dentro de dez dias;
- (D) facultativa, devendo o juiz consultar o interesse do réu em comparecer;
- (E) obrigatória, sob pena de condução coercitiva, caso não seja apresentada justificativa.

REDAÇÃO

Estamos assistindo a uma revolução tecnológica sem precedentes. Os descobrimentos ocorrem sem intervalos e facilitam progressos notáveis e com repercussões insuspeitadas até o ponto de modificar os atos sociais e, em consequência, a cultura. O acesso à informação, por exemplo, se está universalizando graças à Internet. As notícias se sucedem em uma velocidade vertiginosa, sem dar tempo de assimilá-las, causando mudanças radicais nos jornais impressos.

Redija um texto dissertativo-argumentativo, em linguagem culta, com número mínimo de 15 e máximo de 20 linhas, em que você faça uma análise e exponha suas opiniões sobre o seguinte tema: qual será o futuro do jornalismo? Como se modificarão os jornais impressos? Não se esqueça de apresentar argumentos convincentes em defesa de seus posicionamentos.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

